

ULTIMATUM, ESPAÇOS COLONIAIS E FORMAÇÕES POLÍTICAS AFRICANAS**

Maria Emília Madeira Santos*

RESUMO: Partindo de uma data paradigmática, 1890, quando a Inglaterra envia um Ultimatum à coroa portuguesa para que se retire de certas áreas da África Central, a autora analisa de forma crítica a geopolítica desenvolvida pela Inglaterra e a geoestratégica não só de Lisboa, mas igualmente dos participantes no comércio de longa distância. Aborda ainda o papel das missões protestantes, uma questão chave para o entendimento das formações políticas do Planalto de Angola.

UNITERMOS: África/Espaços Coloniais, África/Fronteiras, Formações Políticas Africanas.

A área geopolítica, directamente visada pelo Ultimatum inglês de 1890, foi a África Central. Se o seu domínio, sob o ponto de vista da política europeia, se confinava, até cerca de 1885 (conferência de Berlim), a projetos adidos ou dissimulados, as influências extra-africanas, a nível económico, eram uma realidade que se estendia e se relacionava com as formações políticas africanas correspondentes aos vastos espaços, agora ambicionados pela soberania inglesa.

1. ESPAÇO COLONIAL PORTUGUÊS NA ÁFRICA AUSTRAL ENTRE 1860 E c. 1885

Relativamente ao *hinterland* de Angola e Moçambique a posição oficial e a realidade vivida pelos particulares, naquelas colónias, coincidiam na visão de um único domínio de costa a costa, sob a soberania portuguesa. A opinião acerca da estratégia a seguir para concretizar esse domínio e o conhecimento do espaço geográfico e político correspondente eram, porém, muito diversos e até

(*) Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

(**) Texto apresentado ao Colóquio Portugal e o Ultimatum, Cem Anos Depois, organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, em Dezembro de 1990.

opostos, tendo resultado numa desconexão de esforços entre as autoridades coloniais e a população luso-africana ligada ao comércio de longa distância.

Entre o início da década de 60 e cerca de 1885, a relação entre as directivas emanadas do litoral e a realidade incontrolável do sertão originou dinâmicas que só se conjugavam no aspecto financeiro¹, aparentando falsos resultados para a política colonial adoptada relativamente ao "domínio português em África".

1.1. Geostratégia oficial

Em Lisboa, a ideia que se fazia dessa área e da presença extra-africana, designadamente a portuguesa, era muito vaga; mesmo após as grandes viagens de exploração de Serpa Pinto, Capelo e Ivens (1876) obtivera-se apenas uma informação literária e científica com um sabor heróico, para uso das Sociedades de Geografia e das Chancelarias europeias.

Nas colónias, a posição das autoridades relativamente ao apoio oficial concedido à penetração portuguesa no interior teve uma evolução que poderemos considerar de alternância entre o avanço e retrocesso, fluxo e refluxo e vice-versa². As mudanças da estratégia oficial surgiam bruscamente, determinadas por conjunturas europeias e não eram, nem podiam ser, acompanhadas pelos súditos ultramarinos, cuja educação cívica era bem frágil e os interesses particulares diversos ou opostos aos desígnios dos políticos.

Já nos anos 60, após as vitórias militares de Sales Ferreira no Cassanje e o restabelecimento de um entreposto comercial no Bié, apesar do êxito demonstrado nas alfândegas de Luanda e Benguela, as autoridades coloniais punham em questão a vantagem desse avanço militar e administrativo para o interior.

A recessão do comércio, resultante da baixa de preços dos produtos coloniais na Europa e a guerra da América do Norte não convidavam a investimentos no mercado africano, antes pelo contrário, aconselhava-se uma cautelosa redução nos territórios ocupados.

A estratégia geopolítica, que defendia o recuo, ganhava adeptos entre as autoridades coloniais.

(1) Cf. *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. X, Lisboa, 1890, pp. 131-132 e Guilherme A. B. Capello, "Relatório do Governador Geral da Província de Angola 1887", *Relatório dos Governadores das Províncias Ultramarinas*, Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, 1889, pp. 20 e 22.

(2) A explanação política e militar dos avanços na penetração portuguesa em África foi tratada por D. Wheeler e R. Pelissier, *Angola*, Nova York, 1971, pp. 51-83.

O governador de Angola, em 1861, considerava que os limites da soberania portuguesa no sertão tinham atingido uma linha avançada, além da qual não dispunha de meios para "levar a acção civilizadora". À excepção da linha de penetração entre Malanje e Cassanje, os limites interiores da província estavam localizados numa linha média, cujos pontos distavam da costa entre 200 e 300 quilómetros. Mas ao sul do Cuanza, entre Pungo-Andongo e Caconda, numa extensão de cerca de 500 quilómetros, através do Alto Libolo, do Bailundo e do Bié, não existiam presídios³.

Esses pontos, lançados na linha interior, quer eles fossem estabelecimentos oficiais quer habitações privadas, estavam em completo isolamento uns dos outros, à mercê das relações estabelecidas, caso a caso, com os sobas avassalados ou não.

A conclusão do governador da colónia responsável pela ordem civil e militar, assim como pelo rendimento alfandegário, é a de "que as ocupações no interior não deverão estender-se além de certos limites, porque o contrário será nocivo e perigoso, ao passo que é desnecessário. Temos uma linha no interior já em verdade bastante avançada, desde S. Salvador do Congo até ao Humbe sobre o Cunene, interrompida por grandes extensões de território não dominado (...). Conservar esta linha, senão mesmo reduzi-la a limites convenientes, e em qualquer dos casos fortificá-la e guarnecê-la, estabelecendo nela colónias militares (...). Não se deve exceder esta linha: contentemo-nos com a zona compreendida entre ela e a costa sendo bem ocupada e defendida, e com os interesses do comércio que o gentio do interior não pode deixar de entreter conosco". Na verdade considerava-se que o africano "viria espontaneamente aos nossos estabelecimentos, não tendo outra parte onde comprar e vender"⁴.

A opinião do governador geral obtinha carácter oficial e transmitia-se às outras autoridades da província que, dada a nova conjuntura, defendiam agora ideias opostas àquelas que haviam seguido nas décadas anteriores.

Cândido Pedroso Gamito que, em 1835, a partir de Moçambique, comandara uma expedição de compromisso, entre o militar e comercial, ao reino do Cazembe, junto às nascentes do rio Zaire, e procurara informar-se sobre as vias de comunicação entre Moçambique e Angola, dando continuidade a uma tradição que pretendia ligar as duas costas, expunha, em 1863, uma opinião totalmente contrária.

(3) Sebastião Lopes de Calheiro e Menezes, *Relatório do Governador Geral da Província de Angola. Referido ao Ano de 1861*, Lisboa, 1867, pp. 5 e 6.

(4) Sebastião Lopes de Calheiro e Menezes, *Relatório do Governador Geral da Província de Angola. Referido ao Ano 1861*, Lisboa, 1867, p. 69.

Exercia então o cargo de governador de Benguela, centro motor de um bem organizado comércio de longa distância, mas defendia a posição do governador geral perante os sertanejos, que tanto se estavam esforçando por prolongar as redes comerciais angolanas, fazendo prosperar as firmas de Benguela e aumentar os lucros alfandegários.

São suas estas palavras: "O nosso domínio se deve limitar ao litoral, porque os indígenas necessariamente aí têm de nos vir procurar"⁵.

No início da década de 70 o governador de Angola reforçava a mesma opinião dos seus antecessores acerca da estratégia a adotar nas relações com o interior. Considerava impolítico, perigoso e sobretudo desnecessário conservar territórios distantes de Luanda. Seria "um acto de sábia prudência o cortar da esfera administrativa colonial os últimos conselhos que a formam".

"Toda a nossa actividade e influência na colónia deve concentrar-se, segundo minha opinião, numa zona próximo do litoral"⁶.

O governador que se seguiu foi levado a conclusões semelhantes. Não podia confiar nos moradores e nas autoridades dos conselhos do interior, assim como na organização militar dos presídios.

"Cada vez estou mais convencido dos inconvenientes da ocupação militar em pontos a grandes distâncias do litoral"⁷. A política territorial devia orientar-se para a concentração de forças no litoral e o abandono dos pontos mais distantes sustentados "contra vontade do génio", como por exemplo: "Malange, Duque de Bragança, Caconda e Quilengues.

As populações africanas do interior haviam evoluído muito nos últimos 30 anos. Efectivamente, a partir da década de 40, o comércio sertanejo dera-lhes a conhecer o manejo das armas de fogo, o que tornava a defesa militar dos postos portugueses muito mais precária.

A desistência da ocupação militar não implicaria que deixasse de "vir comércio de todos os pontos mais longínquos, os quais, julgo de grande conveniência deixar entregues aos sobas avassalados e concentrar a força em menor número de pontos, tornando-a assim mais respeitável"⁸.

Efectivamente a ocupação militar dispersa, os presídios mal guarnecidos, as feiras desorganizadas e os chefes dos conselhos sem autoridade nem for-

(5) Biblioteca Pública Municipal do Porto, *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África*, vol. 3 bis, p. 8, 14 de Janeiro de 1863.

(6) José Maria da Ponte Horta, "Relatório do Governador Geral de Angola de 1872", *Relatórios dos Governadores da Província de Angola*, Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, s.d., p. 8.

(7) José Baptista Andrade, "Relatório do Governador Geral de Angola de 1873", *Relatórios dos Governadores da Província de Angola*, p. 85.

(8) Idem, *Ibidem*, p. 86.

ças que os apoiassem constituíam mais uma boa presa para as populações africanas do que postos avançados da soberania portuguesa.

Acontece, porém, que a convicção de que as populações contactadas pelo comércio sertanejo, uma vez habituadas às manufaturas, à aguardente e outros produtos europeus, os viriam procurar ao litoral a troca das matérias-primas africanas, demonstra a ignorância dos comportamentos dos africanos e, conseqüentemente, uma desconexão total entre a estratégia governamental e a realidade local.

Na verdade os africanos tinham resolvido os seus problemas de armamento, vestuário, produção de bebidas alcoólicas e tecnologias várias, muito antes da chegada do comércio europeu. Quando este, por razões de insegurança ou desinteresse, não atingia as suas zonas de povoamento, as populações regressavam rapidamente às soluções tradicionais ou, mais "grave" do que isso, decidiam-se por outros fornecedores, no caso de eles existirem.

A opção oficial portuguesa tinha em conta uma única frente de ataque externo ao seu "domínio africano": a frente marítima. Por isso entendia que podia esperar o comércio das matérias primas africanas na costa, sem qualquer perigo de ataque na retaguarda. Esta era uma convicção geral que se alargava a vários níveis.

Em 1882, a Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa, talvez a assembléia mais bem informada sobre as estratégias das potências coloniais em África, analisava a "Necessidade de fixar definitivamente os limites dos nossos territórios na Costa Ocidental de África ao Sul do Equador". As suas preocupações dirigiam-se para a guarnição do litoral, ameaçado, a norte, por franceses e, a sul, por alemães.

"Não há motivo para nos referirmos aqui às fronteiras orientais da colónia, pois que essas, quando tiverem adquirido um carácter definitivo, é porque se confundem com as fronteiras ocidentais de Moçambique"⁹.

Homem excepcionalmente bem informado, o Eng^o. J.J. Machado propusera, em 1881, que o governo enviasse a Moçambique uma expedição encarregada de levantar a carta daquela província, à semelhança do que Capelo e Ivens haviam começado e iriam continuar em Angola. Mas insistia em que não se fizessem delimitações de fronteiras no interior: "a limitação do nosso domínio é, e tem de continuar a ser, determinada pelos paralelos geográficos conhecidos e pelas tradições (...)"¹⁰.

(9) "Da Necessidade de Fixar Definitivamente os Limites dos nossos Territórios na Costa Ocidental de África ao Sul do Equador. Memorandum Apresentado à Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa. 6 de Novembro de 1882", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 3^a série, nº 6, p. 323.

(10) "Parecer da Comissão Africana". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1881, 2^a série, nº 11-12, pp. 741-42.

A posição da Sociedade de Geografia de Lisboa acabava por ser mais irrealista que a das autoridades coloniais, porque enquanto estas não divisavam qualquer outra forma de domínio da África Central além da resposta das populações africanas ao comércio do litoral, a que se teriam habituado, aquela sociedade científica visionava no mapa um domínio "determinado pelos paralelos geográficos e pelas tradições". Isto é, uma soberania de costa a costa.

1.2. Iniciativa Particular

A realidade local estava longe de coincidir ou de ser adaptável à posição oficial, exposta pelas autoridades coloniais e sustentada pelos "africanistas".

O comércio de longa distância, organizado na década de 40, quando a proibição do tráfico de escravos obrigou à sua reconversão progressiva, encontrou sempre forma de enfrentar as épocas de crise.

Enquanto os grandes esclavagistas de Luanda entravam em pânico e se mudavam para o Brasil ou Portugal, o sertanejo aventureiro apostava na única mercadoria de valor que lhe restava: o marfim. Pelos anos 40 e 50 estabelecia-se numa área de entrepostos, situada no limite da influência portuguesa no sertão, rodeava-se de um grupo de servidores, aceitava as condições do chefe africano local e ali firmava o seu ponto de apoio, entre o litoral (mercado de venda) e a África Central (mercado de compra). A busca do marfim conduziu as caravanas sertanejas a regiões cada vez mais distantes e a contactos com os potentados poderosos, capazes de lhes fornecer as quantidades de marfim solicitadas pelas firmas do litoral.

O comércio do marfim exigia: grande capacidade de organização por parte do sertanejo e dos seus colaboradores mais próximos; bom crédito nas firmas comerciais que lhes forneciam as manufacturas europeias e recebiam a matéria prima; autoridade para impôr disciplina no trânsito de homens e mercadorias; tacto para lidar com os seus interlocutores comerciais da África Central, senhores do marfim.

Os participantes no comércio de longa distância, brancos, negros e mestiços, viriam, a beneficiar-se de oportunidades de ascensão social, o que permitiu a continuidade desta aventura e a renovação dos seus chefes, mesmo quando os governadores falavam em recuar os limites da soberania e os capitalistas de Luanda e Benguela reduziam o crédito ao comércio do sertão, temendo prejuízos. Poucos deles estavam a par da estratégia de refluxo defendido pelos governadores e em breve obtiveram crédito de novos capitalistas.

Silva Porto e o seu companheiro Guilherme José Gonçalves, os dois sertanejos de maior prestígio e iniciativa do Bié, salientavam a desconexão entre

uma actividade comercial em expansão pela África Central e a política de retração adoptada pelos governadores.

O primeiro, que lera o livro de Pedroso Gamito sobre a expedição ao Cazembe, nunca aprovaria expedições militares para submeter os povos africanos. A força só traria vinganças e destruição. A aceitação das regras de jogo fora a solução adoptada pelo comércio que, respeitando e não intervindo, avançaria "até ao infinito se necessário".

"É de sentir que *fa* expedição de Gamito retrocedesse do Cazembe e tivesse o carácter militar (...). Expedições que devem ter o cunho pacífico do comércio, porque vão até onde se pretende, é que se devem organizar"¹¹.

Nada mais errado do que avanços militares, impondo vassalagens pela força, seguidos de retrocessos, demonstrando a incapacidade de uma ocupação contínua.

Boa parte dos sertanejos, que viviam dispersos pelo interior de Angola, havia assistido às vitórias militares de Salles Ferreira e desejado que se alargassem a todo o espaço em que a soberania portuguesa tivera ou, tinha ainda, representantes.

Independentemente das decisões oficiais, eles mantiveram-se firmes nos seus pontos de observação que lhes facultaram a aquisição de uma capacidade de permanência e de análise, desaproveitada e desatendida pelas autoridades coloniais.

Nos anos 60, uma época em que o comércio de longa distância atraía cada vez maior número de participantes africanos e ligava o porto de Benguela ao Barotse, à Lunda, ao Catanga, carregando toneladas de marfim e cera, a palavra de ordem oficial era o recuo e a posição cómoda de esperar nos armazéns e na alfândega os gêneros que os Africanos, por iniciativa própria, haviam de transportar ao longo de milhares de quilómetros para trocarem por tecidos de segunda escolha, armas de péssima qualidade, aguardente falsificada.

Durante a década de 70, os grandes sertanejos faleceram, sem que as condições políticas e económicas tenham atraído outros que os substituíssem. E é nessa época de retrocesso da presença portuguesa no interior de Angola, que o governo da metrópole decide participar na exploração científica de África e apoiar-se num mecanismo comercial em franco processo de desorganização. Foi essa imagem que Serpa Pinto, Capelo, Ivens, Cameron e outros transmitiram à Europa e ainda hoje não foi suficientemente corrigida.

Em 1880, na confluência do rio Luaximo com o Cassai, importante encruzilhada de caminhos com várias procedências, onde "outrora o contínuo lidar

(11) B.P.M.P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2^o, p. 370. 13 de Dezembro de 1862.

das caravanas de Luanda e mais pontos do interior do seu extremo domínio se fazia ouvir por estas selvas (...) hoje que resta de tudo isso? Apenas a sombra do passado, porque os principais capitalistas que alimentavam tão extenso comércio deixaram de existir e os modernos capitalistas, receosos de verem os seus capitais perdidos por qui, preferem empregá-los em papéis de crédito, onde igualmente se corre o mesmo risco. O comércio para ajudar precisa que o ajudem (...)"¹².

Ao observar a decadência do *hinterland* de Angola na década de 80, Silva Porto analisa as causas de tão decepcionante retrocesso e responsabiliza as directivas políticas do passado. "Por desleixo do governo e de governadores de outrora não estão ocupados os pontos a partir de Pungo-Andongo até ao Bié, pontos habitados dos indígenas que lhe chamam a sua terra; e o mesmo estado de coisas se encontra a partir da Catumbela até este ponto central, indígenas que nos incomodam bastante"¹³.

O próprio governador geral reconhecia, em 1887, que embora o território se encontrasse dividido em distritos e concelhos, os limites do distrito de Luanda nunca tinham sido determinados oficialmente. O que prevalece são "limites de tolerância reconhecidos tacitamente pelos chefes e mais autoridades da província (...) uma longa série de demarcações que facilmente desaparecem com longas soluções de continuidade entre si (...)"¹⁴.

O entreposto comercial que era o Bié, desde meados do século XVIII, quando o governador Sousa Coutinho povoara e organizara administrativamente o *hinterland* de Benguela, não recebera atenção por parte dos governadores. Ficava entregue à iniciativa privada sujeita a todas as crises, mais apoiada na colaboração local do que protegida pela administração civil e militar da colónia.

"O Bié, chave do comércio central e do litoral a partir de meados do século passado, constituindo uma terra de primeira ordem, em número superior a duzentas povoações com seus proprietários primitivos, sertanejos abastados (...), tudo isto sem eles [governadores] lhes ligarem a mínima importância, tudo deixaram perder, e tudo isto desapareceu em virtude de governantes e governadores não terem assentado o seu método governativo sobre bases sólidas e perduráveis a fim de assegurar o futuro da geração que lhe sucedesse"¹⁵.

Na década de oitenta o comércio movimentado pelo sertanejo de poses estava em franca decadência, abandonado pelos governantes e pelos capitalis-

(12) "Novas Jornadas de Silva Porto", *B.S.G.L.*, Lisboa, 1885, 5ª série, nº 10, p. 627.

(13) *S.G.L., Viagens e Apontamentos*, vol. 11, p. 335. 15 de Julho de 1887.

(14) Guilherme A. de Brito Capello, "Relatório do Governador Geral de Angola de 1887", *Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas*, Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1989, pp. 9 e 10.

(15) *B.P.M.P., Viagens e Apontamentos*, vol. 12, p. 84. 5 de Novembro de 1887.

tas. Não tinha protecção administrativa e não dispunha de crédito suficiente para pôr em movimento a pesada engrenagem do comércio de longa distância.

"O nosso desprestígio provém de duas coisas: comércio mesquinho e autoridades centrais. Aquele receoso sempre de arriscar capital e estas indispondo-nos com os indígenas e com os homens de maior ou menor cabedal estabelecidos pelo interior do país (...)"¹⁶.

A verdade, porém é que os entrepostos do comércio de longa distância continuaram a exercer a sua função de ligar o litoral à África Central. As populações locais, introduzidas nos mecanismos do comércio pelos sertanejos, substituíram-nos progressivamente desde 1858. Na década de 70, tinham-se tornado autónomos e, nos anos 80, os sertanejos que restavam, não encontravam carregadores para organizar uma caravana, senão entre populações de áreas afastadas.

Em 1884, "o comércio está na mão dos mestiços e dos Bienes (...)", que por sua vez se associam aos Bailundos. Os primeiros abrem as portas do mercado central aos segundos, enquanto estes facultam segurança na ligação ao mercado do litoral.

"Os Bailundos, como geralmente os indígenas das diversas terras do interior, colocados no grau de negociantes por obra e graça dos sertanejos, idos e presentes, deliberaram ajudar-se mutuamente e trataram de abandonar os mesmos sertanejos (...)"¹⁷.

As autoridades coloniais, estabelecidas no litoral, não se apercebiam destas complexas e lentas alterações na organização do comércio de longa distância.

Em meados da década de 80, quando as potências europeias se reuniam em Berlim, para estabelecerem um novo direito colonial, a geoestratégia oficial (redução dos territórios ocupados em profundidade e a espera no litoral da resposta comercial das populações do interior) parecia resultar, a nível interno, sob o ponto de vista financeiro.

Na verdade, apesar do abandono do *hinterland*, o marfim, a cera e a borracha continuavam a chegar às alfândegas em grandes quantidades. Os novos agentes comerciais exigiam pequenos créditos e recebiam géneros de fraca qualidade, ao contrário dos antigos sertanejos que faziam valer a sua posição de intermediários.

Só que as populações, que transportavam os géneros coloniais para a costa, não eram aquelas em cujos territórios se procedia à recollecção. Continuavam a ser apenas intermediários e a dirigir-se ao mercado central de compras, onde os produtores esperavam que a procura os contactasse.

(16) *B.P.M.P., Viagens e Apontamentos*, vol. 12, p. 375. 1889.

(17) *B.P.M.P., Viagens e Apontamentos*, vol. 12, p. 84. 5 de Novembro de 1887.

Henrique de Carvalho, comparando Malanje ao Bié, como entrepostos fornecedores de Luanda e Benguela, chama a atenção para a falta de apoio governamental à iniciativa sertaneja. "Tudo isto se foi passando, parece, sem conhecimento do governo central, não obstante os produtos do comércio, que se fazia em Malanje, contribuírem com uma boa importância para os cofres de Loanda"¹⁸.

A África Central vivia ainda de costas viradas para o mar, as iniciativas de contacto com o exterior foram tardias, raras e descontínuas. Na verdade a integração da África Central na economia internacional fazia-se através de um movimento de fora para dentro, cujos motores se situavam na costa, e exigia a participação de entrepostos, onde se reanimava o complexo mecanismo comercial que era o comércio de longa distância.

Quem conhecia a posição das autoridades coloniais e os mercados da África Central podia escrever em 1884: "Não esperem pois aqueles que habitam o litoral, a companhia daqueles que habitam o interior; seria o mesmo que pedir ao peixe: retira-te da água!"¹⁹.

2. "ESPAÇOS ECONÓMICOS PRÉ-COLONIAIS" NA ÁFRICA CENTRAL

2.1. Fronteiras flexíveis e concorrência comercial

Colocando-se na posição de defender o litoral e considerar o interior, entre Angola e Moçambique, como um dado adquirido, as autoridades portuguesas moviam-se ao nível do político e do militar. Ignoravam, no início, e subavaliavam, mais tarde, a existência de uma outra frente que estava surgindo na rectaguarda, aberta pelo comércio extra africano. A presença de exploradores científicos esteve fora de qualquer suspeita consequente, até 1876.

Foram os sertanejos, frequentadores dos mercados centrais, que detectaram o aparecimento de uma ameaça, no próprio seio do "domínio" português na África Austral. Era uma frente de carácter marcadamente comercial que vinha denunciar a ineficácia da geoestratégia defendida pela política do governo.

O aumento da procura de géneros africanos de recollecção nos centros motores do litoral, a partir da década de 50, levou, não só à reconversão do comércio de longo curso por parte dos intermediários, mas também à solicitação junto de um maior número de populações africanas, para intensificarem a sua economia de colecta dirigida ao comércio externo.

(18) "Discurso lido pelo Sr. Major Henrique de Carvalho em sessão de 10 de Novembro de 1890", *Actas da S.G.L.*, vol. X, Lisboa, 1890, p. 132.

(19) S.G.L. Espólio de Silva Porto, ex. 1, cad. 5, p. 3. 5 de Agosto de 1884.

As distâncias e o número de participantes aumentaram muito rapidamente, novas regiões foram contactadas, pela primeira vez, pelo comércio externo, enquanto redes comerciais de origens várias afluíam às zonas mais ricas ou com maior capacidade de resposta.

Assim, esboçam-se na África Central grandes espaços económicos exógenos, de origens diversas e fronteiras flexíveis, independentes da política colonial europeia²⁰.

São três os principais espaços económicos ligados ao comércio internacional através de centros motores (fornecedores de manufacturas a crédito e receptores de géneros coloniais) instalados em Angola, no Cabo e em Zanzibar e apoiados em entrepostos com funções de armanejamento e organização de transporte.

Os arabo-suaili, de Zanzibar, começaram a encontrar-se com os angolenses na bacia do Zaire, em plena África Central, no início da década de 50. Enquanto que os ingleses, vindos do Cabo, contactaram angolenses e suaili, no reino do Barotse, Médio Zambeze, no início da década de 60.

Os espaços económicos eram delimitados pelas fronteiras flexíveis, sujeitas às pressões resultantes da relação dinâmica entre a presença europeia e a iniciativa africana, mas também determinados pelos contactos e confrontos entre os agentes extra-africanos de origens diversas.

A grande extensão da África Central e a distância dos centros motores do comércio internacional (Luanda, Benguela, Zanzibar, Cabo) permitia que as três grandes redes comerciais que penetravam o continente, ainda que acabassem por se cruzar nas áreas mais ricas, a partir da década de 50, só entrasse em concorrência, nos anos 60, e em confrontos violentos, nos anos 80.

Esta evolução é bem visível nos domínios do suserano do Barotse, a cujas terras haviam de afluír agentes comerciais do Ocidente, Oriente e Sul.

As primeiras caravanas do Bié que atingiam o Barotse (1846) estabeleceram o prego do marfim e puderam impô-lo até aos anos 60.

"Quando principiámos eramos nós o único concorrente afrontando o suserano do Lui, encontrando sempre o marfim empilhado que nos era logo entregue à nossa chegada, satisfazendo para mais a factura que recebia das nossas mãos, acrescendo o marfim que continuamente afluía do tributo das várias tribos do seu vasto país"²¹.

(20) Jean-Luc Vellut, "África Central do Oeste em Véspera da Partilha Colonial: um Esboço Histórico do Século XIX", *África*, S. Paulo, 1980, pp. 110 e segs.

(21) B.P.M.P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2º, p.99. 23 de Novembro de 1860.

No ano de 1860, porém, o negócio do Lui já se ressentia da chegada dos ingleses do Cabo e dos grupos de africanos a eles ligados.

A concorrência aumentava na medida em que a procura fazia subir o preço do marfim relativamente às manufacturas europeias e provocava falta daquele género, para satisfazer a todos os compradores.

Este era um tipo de problema que não interessava nem à firma comercial de Benguela, nem ao governador do distrito. O marfim chegava em boas condições de ser embarcado para a Europa; a sua origem e as vias percorridas pouco interessavam no pequeno centro comercial marítimo. Por isso, quando em janeiro de 1863, Silva Porto ouviu da boca do governador de Benguela que o domínio português se devia limitar ao litoral e ousou discordar de "Sua Excelência", não tinha qualquer probabilidade de ser compreendido: "(...) temos os estranhos que nos querem suplantar, tornando-se necessário por essa causa frustrar os seus planos, portanto não só é necessário estar vigilante no litoral, como entender o nosso domínio tanto quanto possa ser pelo interior do país"²².

Três anos mais tarde, sentindo fortalecer-se a concorrência dos ingleses no Lui e radicalizar-se a posição dos governadores de Angola, os sertanejos, reunidos em tertúlias na casa de Silva Porto ou na de Guilherme José Gonçalves, concluem: "(...) no interior tratar continuamente de entender o domínio português o mais que fôr possível, porque se o não fizer a tempo, fa-lo-ão os ingleses por seu turno"²³.

A concorrência comercial inglesa já então lhes fazia prever o confronto a nível político que viria a concretizar-se na década de oitenta, com o seu *climax* no *Ultimatum* de 1890.

O que se deve aqui salientar é a capacidade de vislumbrar futuros concorrentes políticos nos ingleses e reconhecer simples concorrentes comerciais nos arabo-suaili. Afinal os ingleses limitavam-se a fazer subir os preços no mercado do Lui, como consequência normal do aumento da procura. Enquanto que a sobreposição dos espaços económicos, no Machukulumbe, originava choques cada vez mais frequentes entre a gente do Bié e a de Zanzibar. Mas Silva Porto, que alertava para a possibilidade de o domínio da Inglaterra se estender à África Austral, não atribuía qualquer perigo de carácter político à violência dos arabo-suaili.

Nestes casos os movimentos das fronteiras dos espaços económicos concorrentes tornavam-se bruscos e atingiam a grande flexibilidade característica dos limites exclusivamente comerciais. No final dos anos 60, as caravanas do Bié rarearam no Lui e passaram a dirigir-se à Serra da Quinganga, com intensidade

(22) B.P.M.P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 3, p. 8. 14 de Janeiro de 1863.

(23) *Idem*, *ibidem*, p. 551. 6 de Fevereiro de 1866.

crescente. O Catanga, muito frequentado nos anos 70, tornara-se inacessível na década seguinte. O Muckukulumbe, tão procurado desde os anos 50, daria lugar à kuba e ao Canhoca, nos anos da corrida à borracha. A Luba, tal como o Catanga, tornar-se-ia perigosa para a gente do Bié, nos finais dos anos 80.

Mas todos estes confrontos de preços ou de violência física ficavam limitados aos intervenientes. Não adquiriam qualquer repercussão política, internacional nem sequer africana.

2.2. Fronteiras flutuantes e formações políticas africanas

Os espaços económicos exógenos e as formações políticas africanas sobrepujam-se e coexistiam numa convivência com interesses mútuos. Não coincidiam geograficamente, antes pelo contrário, as fronteiras dos primeiros tomavam o carácter de flutuantes em relação às segundas: avançavam ou recuavam sobre o país africano, sem interferirem directamente na sociedade e, menos ainda, na política local.

As relações comerciais estabeleciam-se numa posição de interdependência e conveniência recíproca. O sertanejo, que dispunha de crédito e bom abastecimento de manufacturas, pretendia encontrar o potentado forte, capaz de reunir marfim em grandes quantidades, suficientes para efectuar uma negociação rápida e vantajosa. O chefe africano desejava um abastecimento regular de objectos raros e exóticos, tais como vestuário e armas de fogo para satisfazer o desejo de diferenciação social da aristocracia, ostentar o seu poder e defender ou acrescentar os seus domínios através da luta armada.

As relações entre o comerciante e o rei africano obedeciam a regras de jogo bem definidas, sem as quais a continuidade dos contactos ficava facilmente ameaçada.

De uma maneira geral o rei concentrava na sua mão o comércio externo, assumindo-se como único interlocutor do sertanejo que chegava aos seus domínios. Este devia sempre dirigir-se à capital do país e, só após autorização do suserano, enviar os pombeiros a negociar directamente com as populações previamente designadas pelo chefe. Áreas havia, de maior riqueza em elefantes, cujos povos estavam expressamente proibidos de negociar directamente com elementos da caravana. Era o caso do Mochukulumbe em parte povoada por populações tributárias do suserano do Lui. Aí, pombeiros de Angola e gente de Zanzibar entravam em luta. Este era um assunto que apenas dizia respeito aos comerciantes, o suserano não intervinha nas questões entre estranhos.

O seu poder dirigia-se aos seus vassallos e referia-se à manutenção da capacidade de concentrar nas próprias mãos a maior parte do comércio externo. O facto de o seu território ser disputado como área comercial por grupos de ori-

gens diversas, só lhes dizia respeito na medida em que desejava impedir a troca directa entre os vassallos e os comerciantes. Mas esta era uma questão que resolvia directamente com os seus povos forçando-os a entregar-lhe pesado tributo e reduzindo-lhes assim a capacidade de servirem os comerciantes²⁴.

No Catanga, o chefe Uniamuesi Muchire permitia, nos primeiros tempos, que os comerciantes se dispersassem para negociarem directamente com populações de caçadores. Uma vez firme no poder, centralizou o comércio externo na capital, Bunkeia, e ordenava o ataque a caravanas que dali se desviassem.

Estas eram regras de carácter económico, mas talvez mais importantes, fossem aquelas que se prendiam directamente com a política africana.

O comércio de longo curso precisava de segurança para avançar, estacionar e regressar, sempre deslocando e manejando avultados valores. Precisava suscitar a confiança de todos os interlocutores, fossem eles os vencidos ou os vencedores e por isso não devia tomar partido.

A máxima dos velhos sertanejos que já tinham assistido a muito "rei assassinado, rei posto" era esta: "O comércio é de paz e não de guerra, deve tratar dos seus negócios e não ingerir-se nos negócios dos selvagens"²⁵.

Na sua primeira viagem de negócios ao Lui, em 1853, Silva Porto foi convidado para apoiar uma revolta contra o chefe macorrolo ausente. O sertanejo não aceitou, embora lhe acenassem com a promessa de um estabelecimento comercial nas margens do Cafué, zona muito rica em marfim²⁶. Apesar de tudo, houve negociações comprometedoras aos olhos da corte. Silva Porto preferiu deixar passar cinco anos, antes de voltar pessoalmente ao mercado do Lui, onde o seu primeiro cuidado foi assegurar ao chefe reinante o mais absoluto desinteresse pelo poder político.

Respeitadas as regras, estabelecia-se até uma relação de confiança e respeito mútuo, a ponto de, por deferência, se deixar simbolicamente o poder político nas mãos do comerciante, quando o soba se ausentava.

"De manhã mandou-me o soba dizer que se dirigia para Locullo e que tencionava demorar-se três ou quatro dias. Esperava que na sua ausência eu fizesse as suas vezes. Respondendo afirmativamente, disse que faria o que estivesse ao meu alcance, porque isto não é mais que uma espécie de delicadeza que emprega a meu respeito, e visto que no local sempre ficam pessoas com capacidade para prevenir qualquer acontecimento"²⁷.

(24) S.G.L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 7º, p. 159. 23-27 de Janeiro de 1884.

(25) S.G.L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11, p. 229. 4 de Maio de 1886.

(26) S.G.L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1º, p. 190. Março de 1853.

(27) S.G.L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 5º, p. 84. 11 e 12 de Agosto de 1868.

O espaço económico extra-africano e o espaço político africano podiam manter um convívio pacífico, em pleno cenário de guerra. Em Agosto de 1853, o exército macorrolo fez uma razia às vertentes do Cubango, tendo assassinado cinco sobas, feito grande número de prisioneiros e capturado cerca de 1.000 cabeças de gado. O mesmo exército cruzou-se nas margens do Cuando com uma caravana do Bié não lhe causando qualquer dano²⁸.

O desrespeito desta norma viria a verificar-se com frequência nos anos 80, originando grande instabilidade e insegurança. A interacção da influência comercial externa e do poder político africano resultava num envolvimento em problemas locais de elementos estranhos prejudicando-se a si próprios e contribuindo para desfazer equilíbrios e intensificar os movimentos político-militares.

O enfraquecimento dos grandes potentados da África Central, que garantiam a paz e a segurança para o alargamento dos espaços económicos, iria dificultar a manutenção da independência do comerciante relativamente às alterações políticas no mercado de compra.

As oligarquias estavam perdendo o poder, enquanto novos chefes se erguiam e fragmentavam os estados. Os detentores dos espaços económicos experimentavam dificuldades em manter relações estáveis com uma grande variedade de chefes, em constante mutação.

Embora indirectamente, o comércio internacional de matérias primas de recollecção passou a ter, nesta época, forte influência nos movimentos de populações e nas transformações políticas da África Central.

Os suseranos exigiam tributos cada vez mais pesados, para poderem responder à procura de várias origens oferecendo em troca artigos cada vez mais raros e dispendiosos. Para comprar cavalos e armas de marca para os guerreiros e caçadores, vestuário em segunda mão para as esposas e fardas bordadas a ouro para si, o suserano do Lui precisava organizar razias pelos seus domínios para amedrontar os vassallos menos cumpridores.

A fuga dos elefantes para as florestas do norte levou à sua perseguição pelos Quiocos (Chokwe) que de seguida descobriram os bosques da borracha e expulsaram as populações do império Lunda de além Cassai para a Samba, nas nascentes do Zambeze.

Movimentos como estes surgiam por todos os lados. "Lundas e Bronzes têm cedido o passo a povos mais felizes e isto pelo seu fanatismo e crueldade..."²⁹.

(28) B.P.M.P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1º, p. 48. 4 e 12 de Agosto de 1858.

(29) S.G.L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11, p. 295. 6 de Março de 1887.

"A raça Lunda é uma raça, outrora terror das diversas raças Ganguelas, presentemente forçada à expatriação em virtude do seu errado sistema político e mais ainda pela sua índole fanática: aí os temos errantes em Calundo e Samba" nos seus territórios instalaram-se os Lovares e os Quiocos³⁰.

As oligarquias mudam, o sistema mantém-se: "Os Lovares e os Quiocos suplantaram os Lundas no terreno que lhes é berço, fazem o que estes fizeram outrora. Populações da Luba, Canhoca, Calundo, Samba, Quioco e Lovar envolvem-se agora em excursões amiudadas tornando desertas e despovoadas grandes extensões, Muchire no Catanga aterroriza vassallos e sequestra comerciantes desobedientes"³¹.

Sobas intimidados por exércitos inimigos pediam auxílio aos chefes das caravanas "sob promessa de dividir o espólio e ameaças de impedimentos de viagens em caso negativo".

Era sempre possível negar "fortificando-se em acampamento, como os Bienes o sabem construir e esperar o desenlace da questão", mas a cobiça era por vezes mais forte.

A notícia da participação de uma caravana do Bié numa luta entre Calundo e os Quiocos correu célebre até ao Bié. "Respondemos que quem viaja não deve envolver-se em negócios de indígenas e logo que o mal tinha vindo, a ser possível, procuraríamos dar-lhe remédio"³². O recurso era negociar com os adversários, que neste caso eram os Quiocos, para se não vingarem da caravana, quando atravessasse as suas terras.

As relações tornavam-se demasiado imprevisíveis: as regras dos velhos parceiros eram constantemente desrespeitadas, as relações de confiança quebradas.

A ideia de que o espaço entre Angola e Moçambique podia constituir o domínio português em África, representado na travessia científica de Capelo e Ivens (1886) ligando os principais mercados centrais – o Lui e o Catanga – contactando os chefes Lobossi e Muchire, agora retratados nos livros dos exploradores, nunca fora tão difícil de concretizar.

O impacto indirecto dos espaços económicos nas formações políticas africanas e a interferência mútua de duas realidades, que haviam contactado sem se molestarem e coexistido sem se substituírem, estavam a destruir as possibilidades de convivência com interesses mútuos, que só agora era descoberta pelos políticos portugueses como um argumento diplomático europeu.

(30) Idem, p. 290. 28 de Fevereiro de 1887.

(31) S.G.L. *Viagens e Apontamentos*, vol. 11, p. 294. 6 de Março de 1887.

(32) B.P.M.P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12, p. 362. 26 de Julho de 1889.

3. CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS COLONIAIS E IMPACTO NA ÁFRICA CENTRAL À ÉPOCA DO ULTIMATUM.

A concepção de direito colonial internacionalmente aceite, a partir da Conferência de Berlim e posto em prática pelo Ultimatum, resultou numa brusca alteração nas características dos espaços exógenos em África. De económicos evoluem para políticos, enquanto as suas relações com as estruturas sociais e políticas africanas, sofrem profundas transformações. O impacto externo, até então indirecto e limitado, quer do ponto de vista geográfico, dado o impulso proceder de centros motores do litoral, quer do ponto de vista dos meios utilizados, visto o comércio depender da recolocação africana, torna-se directo, próximo e autónomo.

Contrariamente às fronteiras flexíveis e flutuantes dos espaços económicos, as fronteiras dos espaços coloniais pretendem-se fixas e a sua delimitação vai colidir com os espaços políticos africanos.

3.1. Evolução da geoestratégia portuguesa

O movimento de regresso ao *hinterland* de Angola, dirigido e apoiado oficialmente pela política colonial portuguesa, teve as suas primeiras manifestações em 1884, ano da convocação da Conferência de Berlim.

Organizaram-se então três grandes expedições geográficas e estavam em curso outras de muita importância. Capelo e Ivens cruzaram a África; Serpa Pinto e Augusto Cardoso exploravam o Niassa; Henrique de Carvalho percorria a Lunda. Num esforço conjugado procuravam desenhar *in loco* o mapa cor-de-rosa.

Terminada a conferência internacional, em Fevereiro de 1885, estabelecia-se o novo direito colonial: as nações europeias teriam direito aos territórios da África Central, através da ocupação militar, que deviam comunicar imediatamente às outras potências. A corrida à África ia começar, quando os antigos estabelecimentos portugueses do sertão estavam abandonados ou desguarnecidos de autoridades civis e militares, e o comércio sertanejo sucumbia sem apoio dos capitalistas.

As directivas da metrópole tendiam agora a integrar as expedições geográficas no movimento da "exploração prática geral do continente africano", conferindo-lhes um carácter económico e diplomático. As autoridades propunham-se modificar o tipo de relações que se vinham mantendo com os povos africanos da África Central. Às simples trocas do comércio tradicional suceder-se-ia uma exploração comercial planeada e apoiada em tratados diplomáticos.

Os estudos para o caminho de ferro de Ambaca e as expedições militares de Artur de Paiva aos territórios dos Ganguelas, estabelecendo comandos mi-

litares e levantando fortes nas margens do Cubango, foram as primeiras medidas práticas tomadas em Angola no sentido de um efectivo avanço para o interior. Silva Porto seria nomeado capitão-mor do Bié e Bailundo procurando reatar uma tradição de autoridade perdida.

As decisões da metrópole tornavam-se muito difíceis de executar no terreno. É preciso ter em conta que, após a proibição do tráfico de escravos, a presença portuguesa no sertão enfraquecera e que, durante três décadas, se procedera a um recuo estratégico, deliberado pelas autoridades coloniais.

À semelhança das outras potências em competição, pretendia-se que os impulsionadores da nova política colonial fossem, para além dos militares, as companhias comerciais, os missionários e os colonos.

Ora, os novos agentes, sem experiência nem antecedentes, não encontravam incentivos financeiros e apoios logísticos, demonstrando-se incapazes de enfrentar o meio ambiente e de competir com os agentes estrangeiros em condições semelhantes.

O estabelecimento dos missionários americanos no Bié, a sua organização e eficiência mais evidenciam as deficiências da prática portuguesa em África, quando se relacionava com a soberania política local. A grande diferença entre estes estrangeiros, recém-chegados, e os sertanejos luso-africanos, estabelecidos de longa data, era a ausência de organização, objectivos comuns e directivas superiores que estes nunca tinham conhecido. "A correspondência entre os missionários prova que os fins das missões são puramente políticos, porque os Portugueses habitando o país e percorrendo-o, nunca procuravam saber uns dos outros, qualquer que fosse a sua procedência, salvo o encontro quando por acaso se dava"³³.

"É de lastimar entre nós essa falta de espírito de associação que em tão subido grau tem elevado os ingleses; a dar-se isto por aqui estaria de outra maneira e o comércio estender-se-ia a todos os pontos do litoral. É preciso que o grande capital se associe e mais tarde, disseminado por mãos de indivíduos probos, há-de prosperar (...). O governo deve criar e sustentar forças nos pontos reconhecidos saudáveis do litoral, a fim de acudir de pronto àqueles do interior que reclamarem a sua protecção. Enviar missionários probos e ilustrados para estes pontos porque só assim terá a certeza de alcançar o nosso renome de outrora; mas é preciso semear às mãos largas para também colher mais tarde"³⁴.

Silva Porto reconhece a superioridade da organização dos missionários americanos e ingleses, mas acredita ainda na força da presença portuguesa, aliás

(33) S.G.L., Espólio, cx. 1, cad. 5, pp. 8-9. 18 de Agosto de 1884.

(34) S.G.L., Espólio de Silva Porto, cx. 1, cad. 5, p. 1. 1 de Agosto de 1884.

como o governador geral Ferreira do Amaral, cuja obra naquela colónia, tanto enalteceu.

"Eu não creio que Bagster primeiramente e agora Sanders, tenham de me suplantar não obstante trabalharem para esse fim (...) portanto que venham os Americanos e os Europeus de qualquer nacionalidade que vêm povoar e trazer a civilização"³⁵. "Que venham, mas é preciso reconhecer a nossa primasia (...) portanto faça o governo português tratados neste sentido com as outras nações a fim de obstar à propaganda política dos nossos amigos estrangeiros para que aqui nos ajudem não só como amigos verdadeiros, mas como irmãos"³⁶.

Havia ainda muitas ilusões acerca da força da tradição, da prioridade e do factor humano na presença de Portugal em África. Não se previa nada de semelhante ao Ultimatum.

No final do ano de 1884 Silva Porto vem a Lisboa, contacta Sá da Bandeira e apresenta a situação do *hinterland* tal qual a vivia, propõe a solução adequada e expõe as razões de ordem política e económica que estavam por trás da conjuntura presente.

"A autoridade do Capitão-mor aqui sempre q reputei de autoridade de facto e não de direito, porque não sendo apoiada pela força desapareceu inteiramente o seu prestígio (...). O governador geral deve nomear pessoa proba para autoridade que deverá entender nos negócios destas partes, autoridade que compreenda os deveres da sua missão sustentando o decoro e dignidade da bandeira portuguesa e pondo assim termo de vez ao antigo estribilho de que os negócios do mato que os decidam no mato -- estribilho que tem dado causa à nossa ruina nestas paragens, deixando de proteger o comércio como era do dever do governo"³⁷.

O sertanejo regressou em Fevereiro de 1885 com o cargo de capitão-mor e o encargo de executar, com o seu prestígio, aquilo que competia ao governo, com meios financeiros e humanos.

A partir de agora a viagem da estratégia no sentido do avanço para o interior encontra-se na atitude das autoridades metropolitanas e coloniais, embora os meios disponíveis para estas estivessem muito longe de poderem atingir os fins em vista.

O discurso oficial reflecte a grande viragem. O governador de Angola escrevia em 1887: "Entendo que agora devemos concentrar as nossas forças no planalto, onde temos já colonização estabelecida; (...) obrigarmos à vassalagem

(35) Idem, ibidem, cad. 4, p. 3. 5 de Julho de 1884.

(36) Idem, ibidem, cad. 5, pp. 8-9. 18 de Agosto de 1884.

(37) Idem, ibidem, cad. 5, pp. 8-9. 18 de Agosto de 1884.

os sobas circunvizinhos com pagamento de tributos por libatas". Para facilitar o trânsito comercial propunha-se a abertura de estradas carreteiras³⁸.

A realidade era bem outra: entre Pungo-Andongo e o Bié e a partir daí até à Catumbela os reinos africanos não reconheciam qualquer subordinação política às autoridades portuguesas. Os comerciantes, sem apoio governamental, não deixaram vestígios da sua presença que facilitassem o retomar de uma subordinação ao litoral.

"Eu quero evitar semelhante inconveniente para deixar caminho desembaraçado para aqueles que me sucederem"³⁹: autoridades apoiadas por forças militares, vias de comunicação actualizadas, companhias comerciais que atraíssem o grande capital, deslocação dos centros motores comerciais do litoral para os entrepostos do sertão.

Nas condições actuais o comércio sertanejo só pode retomar a sua posição "esperando a vez do carro ronceiro e do carro veloz a fim de ocupar a posição que de propriedade lhes está marcada pelo progresso do século"⁴⁰.

"A organização de companhias para a final remoção dos obstáculos, estradas e vias férreas tornam-se de urgente necessidade para regenerar os selvagens e para engrandecimento de Portugal com meios mais que suficientes para nação de primeira ordem"⁴¹.

"venham pois as vias aceleradas de um outro ponto [Luanda e Benguela] pôr termo a um estado tão prejudicialíssimo para Portugal"⁴².

A formação de uma companhia com capital avultado poderia estabelecer o comércio a leste, no Zambeze (Barotse), no Loengue (Muchuculumbé), no Catanga, a norte no Lulua, na Luba, no Cassai, na Lunda, no Calundo e Canhoca. Só com esta medida se poderia recuperar o comércio de longa distância, em franca decadência. Da falta de crédito, concedido aos grandes sertanejos, "provém o despovoamento do nosso comércio de todos os pontos centrais do país e a ocupação simultânea por parte dos estrangeiros"⁴³. O espaço económico angolano estava já a recuar na África Central, enquanto os outros espaços extra-africanos avançavam e ganhavam a concorrência.

(38) Guilherme A. de B. Capello. "Relatório do governador geral da Província de Angola de 1887". *Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas*, Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, Imp. Nac., 1889, p. 20.

(39) B.P.M.P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12, p. 84. 5 de Novembro de 1887.

(40) Idem, *ibidem*, p. 244. 8 de Dezembro de 1888.

(41) Idem, *ibidem*, p. 87. Dezembro de 1887.

(42) S.G.L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11, p. 335. 15 de Julho de 1887.

(43) S.G.L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11, p. 332-333. 15 de Julho de 1887.

A nova estratégia portuguesa de fluxo, em direcção ao centro, encontrava grandes dificuldades de concretização. Para poder entrar na corrida internacional em direcção aos vastos espaços da África Central, precisava previamente recuperar o *hinterland* abandonado.

"Às palavras daqueles que diziam de nos limitarmos somente ao litoral, estão respondendo agora os estrangeiros, estabelecendo-se por todos os pontos deste abençoado país; e nós a querer continuar a ser o que outrora fomos, o dique a opôr-lhes está em ocupar as terras centrais de nomeada, salvando assim o que é nosso – pelas missões e pelo comércio"⁴⁴.

Silva Porto torna-se cada vez mais firme e convicto da autoridade que lhe confere a sua experiência. Incita à acção denunciado a situação em tom dramático, mas também apresentando soluções muito práticas.

"Os estrangeiros têm-nos metido num círculo de ferro em que tentam esmagar-nos; é preciso mostrar-lhes que se enganam, e isto só por obras se consegue e então mãos à obra"⁴⁵.

O caminho de ferro de Benguela ou Moçamedes para o Bié estava em estudo. Até à sua construção iria preparar "estradas com carros por ser menos dispendioso e o comércio dos dois pontos ter lugar mais cedo". Os Boers, com a experiência de carros de bois, podiam dar uma ajuda valiosa, "em menos de dois anos a obra estará pronta"⁴⁶.

Com boas vias de comunicação e autoridades estabelecidas no interior era previsível que as firmas comerciais do litoral se fossem estabelecer no sertão.

"A prática vale muito e a Catumbela há-de mudar-se para o Bié": afirmação perentória numa carta a um comerciante que hesitava em aceder ao convite do capitão-mor para ser o primeiro a retomar a vida sertaneja dentro das novas condições de segurança que se previam⁴⁷.

O governador de Benguela e o próprio governador geral da colónia correspondem-se com ele e respeitam-lhe a opinião frontal e sem subserviências. Ao primeiro, responde em Agosto em 1888: "Segundo cartas que acabo de receber, vejo que a recomendação do governador sobre o eu estar tranquilo relativamente aos estrangeiros, não tem razão de ser, visto dizer-me que em lugar de bonança estamos ameaçados de borrasca por toda a parte"⁴⁸.

(44) Idem, *ibidem*, vol. 7, p. 315. 27 de Abril de 1887.

(45) Idem, *Copiador de Cartas*, vol. 2º, p. 26. Carta do Governador Gomes Coelho de 6 de Julho de 1888.

(46) Idem, *ibidem*, p. 44. Carta a J.J. de Carvalho de 21 de Agosto de 1888.

(47) Idem, *ibidem*, p. 57. Carta a Adriano da Santa Gil de Outubro de 1888.

(48) *Copiador de Cartas*, vol. 2º, p. 49. Carta ao Governador Gomes Coelho de 23 de Agosto de 1888.

Ao segundo assegura-lhe a manutenção de autoridade no Bié, mas denuncia-lhe a incapacidade de concorrer com o comércio estrangeiro na África Central.

"As nossas relações com os indígenas correm perfeitamente bem, de lastimar é, porém, a mesquinhez do nosso comércio, isto é, não ter a coragem do comércio dos estranhos que avança e não retrocede ao ponto de ver-se estabelecido por toda a parte deste abençoado país"⁴⁹.

A chegada de uma expedição militar ao Bié, comandada por Paiva Couceiro, com destino ao Barotse, embora obedecesse às regras do direito internacional, ia contra todos os conselhos da prática sertaneja. A ordem para suspender a marcha, recebida nos confins da frágil soberania portuguesa em Angola, não explicava as razões diplomáticas que obrigavam o governo central a desistir do avanço militar até o médio Zambeze, onde os ingleses se consideravam estabelecidos.

"Naturalmente a mudança de ministério deu causa de subestar a expedição ao interior; conquanto nada remediasse, visto que sem comércio nada se pode fazer por aqui, o passo foi errado para a nossa dignidade. O Inglês procura meter a Sé na Misericórdia, por ter o comércio da sua parte; e o Português, porque este lhe falta, procura limitar-se ao litoral: sistema de loucos!"⁵⁰.

Silva Porto não teve conhecimento explícito do Ultimatum, nem precisava ter, para estar ciente da situação insustentável, criada na África Central em que os ingleses estabeleciam o seu domínio – "a Sé" – dentro do chamado mapa cor-de-rosa – "a Misericórdia".

Apesar de já então funcionar o cabo submarino, a informação circularva lentamente. Os jornais de Luanda davam a notícia do Ultimatum, no dia 21 de Janeiro de 1890, atribuindo-lhe um significado semelhante a outras anteriores resolvidas por arbitragens⁵¹. A 22 de Março organizava-se um comício clamando contra a Inglaterra, à semelhança do que se fazia em Lisboa. Abria-se uma subscrição para compra de armamentos. Davam-se vivas a Portugal, a Serpa Pinto, ao comércio, ao exército, à marinha e ao império colonial. O silêncio do governo da metrópole incomodava os angolenses, que tomavam a iniciativa de estabelecer carreiras de tiro nas povoações mais importantes, prevendo um possível conflito armado com os ingleses.

(49)Idem, ibidem, p. 121. Carta ao Governador Geral Francisco da Paula Cid. 21 de dezembro de 1889.

(50)Idem, ibidem, p. 136. Carta de 7 de Março de 1890.

(51)Correio de Loanda, ano 1º, nº 4. 25 de Janeiro de 1890.

A notícia sobre o suicídio de Silva Porto, ocorrido a 30 de Março, foi mantida em segredo até 1 de Junho⁵². Tal como em Lisboa, também em Angola ninguém desejava manifestar publicamente opinião sobre o assunto. As notícias dos jornais são secas, ignoram as causas de tão grave perda e reservam para depois mais pormenores. No mesmo dia em que se confirma aos habitantes de Luanda a morte do sertanejo, na mesma coluna, uma notícia extremamente sucinta anunciava: "O Sr. conselheiro Capello (governador geral) seguiu para Benguela, a bordo do *Zambeze*, na noite de 26 do mês passado. Demora-se aí algum tempo". Preparava-se em sigilo uma acção que desagrasse a morte do sertanejo, já então figura nacional.

Em Benguela, entre os homens práticos do sertão, a expedição de Paiva Couceiro ao Barotse fora considerada uma "realização de desventuras previstas, anunciadas, escritas, antevistas" e não consideradas por "quem tem sobre os ombros a responsabilidade da governação dumha província inteira". À partida previa-se "a revolta das populações, a morte de muitos, a desonra para alguns (...) sem que o corpo comercial fosse ouvido sobre tão melindroso assunto"⁵³.

Depois deste fracasso, presenciado pelos angolenses e populações africanas do Bié, a organização da expedição militar, para "vingar a morte de Silva Porto", não podia falhar. Reuniram-se em Caconda todas as tropas e munições disponíveis na colónia. Artur de Paiva avançou até ao Bié, tomou a embala de Ecovongo, prendeu o soba e, a 16 de Dezembro de 1890, instalou a autoridade portuguesa na povoação de Silva Porto que passava a denominar-se o forte de Belmonte.

Em 1892 o governador do Distrito de Benguela apresentava um relatório que podia bem ter sido escrito por Silva Porto⁵⁴. Só que, foi necessário o drama da morte do sertanejo, para as suas ideias serem subscritas por um governador de Benguela. "Consideramos o Bié como a chave do comércio de Benguela para nos pôr em comunicação com a Garanganja, Luba e Lovale, igualmente devemos considerar a capital dos Ganguelas porque nos levam desde o Cubango ao Zambeze.

Desta forma estava por longos anos segura a prosperidade do distrito se estivessemos sós em campo. Mas, Exmo. Senhor, a verdade é que estamos rodeados por todos os lados, e nosso comércio não pode continuar de braços cruzados no litoral esperando que o indígena venha indefinidamente permutar (...). É

(52)Silva Porto suicidou-se em Belmonte, no Bié, por razões muito complexas imediatamente ligadas ao retrocesso da expedição militar.

(53)Correio de Loanda, ano 1º, nº 31. 10 de Agosto de 1890.

(54)Francisco Paula Cid, "Relatório do governador do Distrito de Benguela", *Relatórios dos governadores...*, Lisboa, 1894.

preciso caminharmos para o interior, ir pelo Bié buscar marfim à Garanganja, ir pelo Catôco buscar a borracha desde o Quebe até ao Cuito. Se não pudermos fazer pelo caminho de ferro façamos o trajecto em carros (...). Temos de encaminhar o nosso comércio, porque se o não fizermos ele não mexe. Com o fim de se construirem casas comerciais no Bié, mandei à pouco tempo um requerimento a V. Excia. assinado por vários comerciantes para estabelecerem uma carreira de carros para Caconda e Bié".

A allândega de Benguela, tal como a de Luanda, ressentia-se do desvio do marfim e borracha da vasta bacia do Zaire pelo Estado Independente do Congo, enquanto que os géneros do Barotse e das vertentes do Cubango se encaminhavam para o Cabo.

A regressão das grandes caravanas, um bom poder de compra, havia sucedido mesmo antes da morte do último representante dos grandes sertanejos.

O governador considerava arriscado continuar a depender da iniciativa dos intermediários africanos, embora eles continuassem a percorrer todos os mercados da África Central desde o Barotse e Mucusso à Luba e à kuba, desde a Lunda e Canhoca ao Cafué e à Quingua.

A estratégia de fazer avançar os centros motores do comércio de longa distância para o interior, aproximando-os das áreas de recollecção, é agora expressa com a maior clareza.

"Se quisermos assegurar o futuro próspero à nossa riqueza colonial temos necessariamente de nos transportar para o interior, e fazer dos postos do litoral entrepostos comerciais"⁵⁵.

A ocupação militar do *hinterland* e a abertura de vias de comunicação atraíram rapidamente "os sertanejos dos tempos modernos". Após a campanha militar de 1890 estabeleceu-se verdadeira "corrente imigratória para o interior"⁵⁶.

Os primeiros a deslocarem-se foram Adriano dos Santos Gil e Felisberto Guedes, seguidos de 30 companheiros, todos eles identificados.

A partir 1902 aumenta a imigração para o Bié, Bailundo, Huambo, e outros pontos do interior. Várias firmas de Benguela e Catumbela estabelecem filiais no sertão: Companhia Comercial de Angola, João da Silva Contreira & Companhia (no Bié e Bailundo), Benigno Ferreira & Companhia, Silva Ribeiro & Companhia, Pestana Lima & Cardoso, Santos Gil & Companhia (todos no Bié), J. Pires & Companhia (no Bailundo)⁵⁷.

(55)Franciso Paula Cid "Relatório do governador do Distrito de Benguela", *Relatórios dos governadores...*, Lisboa, p. 14.

(56)Augusto Bastos, *Monografia da Catumbella*, Lisboa, 1912, p. 36.

(57)Idem, *ibidem*, p. 43.

A transferência de verdadeiros armazéns com sucursais e correctores dispersos pelo sertão foi conseguida pela Companhia Comercial de Angola. O estabelecimento principal era constituído por depósitos, cuja existência se avaliava em cento e cinquenta contos de réis. A partir daí fornecia por grosso os comissionários que, por sua vez, vendiam a retalho. Esta rede comercial colocava sob a alçada da Companhia quase todo o comércio da região⁵⁸. Nas margens do Cuxibi, próximo da sua confluência com o Cuango, possuía esta companhia uma filial que comerciava com os habitantes de Barotse⁵⁹. A feitoria Rodrigues das Neves abastecia casas que tinha no interior do Mochico⁶⁰. Uma estrada carreteira do Bié ao Mochico estava em preparação⁶¹.

A queda do preço da borracha, tendo provocado desconfiança das populações nas firmas do litoral, iria reverter a favor das feitorias do interior.

Em 1902 já se podia prever que as delegações do interior deviam aumentar de importância em prejuízo da praça da Catumbela e Benguela que ficariam reduzidas à simples recepção e expedição das fazendas⁶².

Em 1901 a população tinha já aumentado consideravelmente, mantendo no entanto as características de ocupação dispersa, tão do agrado dos comerciantes no sertão. Por outro lado dizia-se que os capitais circulantes atingiam centenas de contos de réis⁶³.

Em malange também se estavam estabelecendo feitorias, próximo do rio Cuango. Uma estrada carreteira com muito movimento de carroças, ligava a região a Luanda. Assim como Benguela e Catumbela, também Luanda mantinha a sede das firmas importantes, mas o seu negócio fazia-se nas sucursais que estabeleciam no interior⁶⁴.

Tal como sempre sucedera no sertão, os conselhos e distritos não dispunham de limites definidos. A esfera de sua administração estendia-se até onde as populações podiam considerar-se "avassaladas". A capitania-mor do Bié tinha sob a sua alçada três fortes: Belmonte, Bailundo e Neves Ferreira, todos eles mal guarnecidos.

Punha-se de novo uma questão já esquecida. O capitão-mor do Bié, em 1901, afirmava: "Os postos militares, sem força necessária, representam um perigo permanente para os respectivos comandantes, nomeadamente quando aqueles

(58)Fernando Pimentel, *Investigação Comercial na Província de Angola*, Porto, 1903, p. 34.

(59)*Memória sobre a Fronteira Ocidental do Barotse*, Lisboa 1902, p. 15.

(60)Idem, p. 44.

(61)Alfredo Andrade, "Estudo do plano do Distrito de Benguela do Bié ao Mochico", *B.S.G.L.*, nº 11, 1897, p. 667.

(62)Idem, *ibidem*, p. 109.

(63)Idem, *ibidem*.

(64)Idem, p. 130.

se acham estabelecidos no centro de regiões, cujos habitantes, pelo seu carácter aguerrido ou insubmisso, reclamam ameados castigos, e uma permanente repressão dos seus abusos⁶⁵.

A solução portuguesa teria de continuar a ser a de sempre: com um mínimo de recursos materiais, obter um máximo de penetração do *hinterland*, linear e rápido, para se valer das antigas relações nas zonas atingidas pelo comércio. Tal como se avançava do Bié para o Mochico (Lovale), devia partir-se de Malange para o sertão da Lunda pela via dos negociantes sertanejos, em parte seguida por Henrique de Carvalho. Em 1907 já existiam no Lovale quatro postos com organização militar ficando consolidada a ligação entre Benguela e o ponto extremo a leste, Nana – Candundo⁶⁶.

Quem desejava agora o apoio e a proximidade dos sertanejos eram os novos estabelecimentos oficiais no interior. Os comerciantes tinham aprendido a viver dispersos, sem protecção de autoridades militares ou civis, que sempre os tinham abandonado. Era assim a linha de penetração do Bié e de Malange.

Agora eram essas autoridades que precisavam da sua colaboração e pretendiam controlá-los sob o pretexto de lhes darem protecção. O zeloso governador da Lunda que precisava concretizar *in loco* os acordos entre Portugal e o Estado Livre do Congo, adoptava a posição de defensor dos comerciantes que, segundo ele, careciam de quem os esclarecesse sobre os riscos que corriam. "A concorrência leva-os a quererem caminhar sempre para Este sem atenderem a vexames, senão riscos, que correm quando não sejam precedidos de penetração militar". A autoridade considerava "de urgente necessidades cercar a liberdade do comércio, de maneira a que ele não se exerça onde não há garantia alguma de respeito às vidas e fazendas de brancos" as povoações comerciais deviam reunir-se em redor dos postos.

Medidas de tribulação excessiva sobre os que se mantivessem afastados, exigência de alvarás de concessão de terrenos para novas construções, licenças ao abrigo do código administrativo, certificados, requerimentos⁶⁷: uma protecção controladora e asfíxiante. Penetração dirigida pelos postos administrativos; liberdade de comércio cercada por uma barreira inflexível que limitava a leste o espaço que sempre fora comunitário e livre para quem não o queria possuir, mas apenas percorrer e contactar.

(65) Alexandre Malheiro, *Chronicas do Bihé*, Lisboa, 1903, p. 227.

(66) "Memória sobre a Colónia Penal Portuguesa no Lobale", *Questão do Barotse*, Lisboa, 1903.

(67) Alberto de Almeida Teixeira, "Governo de Luanda. Relatório das Operações Realizadas com o Fim de prolongar a ocupação até ao Rio Cuilo", *Relatórios. Repartição do Gabinete*, Luanda, 1907, pp. 231-287.

3.2. Relação entre potências coloniais e formações políticas africanas

A presença de exploradores científicos, missionários e agentes de companhias comerciais estrangeiras junto dos grande potentados da África Central começou a causar apreensão aos portugueses que com eles se cruzavam, a partir de 1885. Coillard no Barotse, Stanley Arnot no Catanga, Badgster e Sanders no Bié, e no Bailundo, uma colónia de estrangeiros no Lulua, uma feitoria dispoendo de barcos a vapor no Zaire e no Lulua, com a bandeira da Associação Internacional.

Para quem vivia em Angola era notório que o estabelecimento de relações entre as potências europeias e a África Central estava adquirindo um carácter de ligação directa, sem os intermediários característicos do comércio de longa distância.

"Trata-se agora de pôr em prática esforços para adquirir esses territórios que caberão em partilha ao mais forte, não em favor da civilização dos seus povos – do que menos se curará – mas em benefício do único móbil que dirige esta cruzada – o interesse".

A incapacidade do governo da metrópole para compreender e utilizar os meios necessários à defesa do chamado "domínio português em África" era por demais evidente.

A iniciativa particular não tinha aptidão para exercer funções que cabiam às autoridades da colónia, "(...) quaisquer que sejam os sacrifícios dos que aqui vivemos, em sustentar o nome português nestas paragens, serão inúteis e sem proveito todos os nossos esforços para afugentar o mal, por isso que o governo nos desampara e não acompanha"⁶⁸.

Defender os "direitos históricos" na África Central perante potências com capacidade financeira, bem apetrechadas tecnicamente e com determinação política ultrapassava as competências dos "portugueses de África"; mas também as de um ministério ou de um partido. Tratava-se antes de uma questão nacional⁶⁹.

Através de Silva Porto, o governador de Benguela enviou um presente ao soba Levanica do Lui e uma carta a Muchire do Catanga. Fracas iniciativas para quem tinha de enfrentar representantes das potências europeias residindo junto dos potentados africanos.

O Engenheiro J.J. Machado comunicava à Sociedade de Geografia de Lisboa os movimentos dos ingleses nos territórios contíguos à província de Moçambique, anunciando, em Novembro de 1889, a criação da grande companhia denominada British South Africa Company com poderes para criar um novo esta-

(68) S.G.L., *Viagens e Apontamentos*, vol.11, pp. 20-22. 22 de Janeiro de 1885.

(69) *Ibidem*, *Copiador*, vol. 2º, p. 85. Carta a J.J. Carvalho 21 de Julho de 1889.

do entre o Zambeze e o Limpopo, tão independente como o Estado Livre do Congo que se formara nas margens do Zaire⁷⁰.

"Estamos cingidos num círculo de ferro pelos estranhos, creio que os nossos homens de Estado acordaram tarde para lhe opôr resistência; e o tempo dirá (...)"⁷¹, vaticinava o velho sertanejo já depois de o Ultimatum ter sido apresentado em Lisboa, mas antes de a notícia chegar ao Bié.

O Ultimatum e a partilha da África Central eram agora assuntos diplomáticos a resolver entre as potências europeias, que manejavam no terreno os seus trunfos legitimados pelo direito internacional.

A estratégia seguida pelas potências coloniais, para satisfazerem as condições impostas pela Conferência de Berlim na ocupação de um território, é bem conhecida.

Assinavam-se tratados de vassalagem com um soba, estabelecia-se uma missão religiosa, instalava-se o representante de uma companhia comercial, organizava-se a visita de um delegado da potência europeia em acção, acrescentavam-se ou alteravam-se cláusulas ao tratado inicial, convidava-se o soba ou uma delegação da corte para uma visita diplomática à Europa, de que nos ficaram boas fotografias ilustrativas.

Entretanto procedia-se à definição das fronteiras coloniais. Os espaços dominados por cada uma dessas potências seriam delimitados por fronteiras fixas, negociadas por diplomatas e traçadas no terreno por engenheiros geógrafos. Só que havia populações habitando aqueles territórios, existia até uma "geografia política indígena" que, quando havia conveniência, podia ser utilizada como forte argumento a apresentar nos conflitos entre potências concorrentes à mesma área de influência. Ora, os limites dos reinos africanos, definidos por relações bem diversas daquelas aceites na Europa, ao serem interpretados através dos quadros mentais europeus provocaram graves desconexões, cujos resultados ainda hoje se fazem sentir.

Embora as fronteiras coloniais tenham sido traçadas em função dos jogos diplomáticos entre as potências europeias que as negociavam, a verdade é que os argumentos apresentados para a sua definição foram muitas vezes fundamentados nas formações políticas africanas, dadas a conhecer na época imediatamente anterior à corrida, pelos comerciantes e exploradores.

De certo modo pretendia-se transpôr os limites políticos africanos para os espaços coloniais, não por atenção às populações africanas, mas para encontrar uma base "legítima" que justificasse a fronteira pretendida.

(70) Comunicação de J.J. Machado em 11 de Novembro de 1889, "Assuntos Africanos", *Actas da S.G.L.*, vol. IX, Lisboa, pp. 88-105.

(71) S.G.L. *Copiador*, vol. 2^a, pp. 129-130. 5 de Fevereiro de 1890. Carta ao mesmo.

A extensão dos reinos africanos servia frequentemente de argumento às potências coloniais para definirem as suas zonas de influência. Assenhoreavam-se do poder político de um potentado africano "avassalado" e buscavam provas da efectividade desse poder numa vasta zona que ultrapassava, muitas vezes, aquela correspondente ao reino africano original.

Após o avassalamento, esforçavam-se por alargar artificialmente o espaço político correspondente, transferindo o acto de vassalagem, prestado pelo rei africano à metrópole europeia, para todos aqueles cujas terras lhe ficavam contíguas⁷².

Por outro lado procurou-se dar às formações políticas africanas a consistência dos estados europeus e ao rei a autoridade dos governadores centrais sobre as zonas afastadas da capital.

O exemplo do conceito que o soba Levanica do Barotse fazia sobre o seu poder político é, a este respeito, muito esclarecedor. A pergunta do delegado britânico, junto da corte do Barotse, ao soba Levanica e a resposta deste sobre os limites do seu reino são bem exemplificativas de que os conceitos políticos europeus e africanos estavam longe de coincidir.

Lord Salisbury pretendendo fazer recuar a fronteira portuguesa para oeste, com base nos domínios do vassalo britânico do Barotse, solicitou um relatório sobre os limites daquele reino. Perante a pergunta Levanica respondeu - "Eu não sei o que entendeis por reino, mas vou dizer-vos onde o meu povo vive"⁷³.

As grandes formações políticas da África Central não correspondiam a um espaço territorial bem delimitado. Era o conjunto das populações tributárias que identificava um reino. O rei conhecia o valor do tributo que cada vassalo podia pagar-lhe, o volume da população que devia reunir-se-lhe em caso de guerra,

(72) Entre outros pode citar-se o caso do reino do Barotse e do seu rei Levanica, avassalado pela Inglaterra. A zona oriental da influência portuguesa a partir de Angola chocava-se nessa área com a zona ocidental da influência britânica que se instalava na África Central. Criou-se então um "jogo de empurra" deslocando sucessivamente a fronteira de Leste para Oeste, e vice-versa, desde 1890 a 1905. O soba do Lovale, por exemplo, foi apresentado por uma autoridade inglesa sediada no Barotse e informado de que era vassalo de Levanica, soba do Barotse e portanto da Inglaterra. Para evitar os inconvenientes do analfabetismo da parte africana os agentes sediados na corte do Barotse deslocavam-se com um "fonógrafo", diante do qual sobas menores deviam fazer declaração de que Levanica era seu soberano. Foi o caso do soba de Nana-Cadundo, impedido de o fazer, por ali ter comparecido o chefe do posto militar português. *Memória sobre a Fronteira Ocidental do Barotse*, Lisboa, 1902, pp. 22 e 23.

(73) Arquivo e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Referido em Eduardo Santos, *A Questão do Barotse*, Lisboa, 1986, p. 92.

a localização e disponibilidade das povoações obrigadas a acudir-lhe numa situação de fome ou de carência.

Esta secundarização do território relativamente à população, na definição das formações políticas africanas, deve interpretar-se tendo em conta, por uma lado, as movimentações de pessoas, seus haveres e gados, mesmo não sendo nómadas; por outro lado, o fraco povoamento e a existência de grandes extensões desertas, embora percorridas e até exploradas. A caça aos elefantes levava os caçadores a zonas de floresta cuja soberania nunca tinha sido definida ou apenas passada a sê-lo após reconhecida como área de colecta lucrativa.

Era frequente a localização da corte mudar com a morte do chefe e a elevação do sucessor. Também as áreas de caça, agricultura e pastagem correspondentes ao povo podiam mudar, sem que as estruturas sociais e políticas conhecessem alguma alteração.

"Não deixamos sem reparo os nomes do império e reino aplicado a algumas terras do interior, embora de primeira ordem (...) as tribos de raça Ganguela que não têm persistência possível na sua individualidade mudam de localidade como o camalião de cor (...) é óbvio que igual circunstância se dá (...) geralmente falando a partir de um a outro extremo do continente (...)"⁷⁴.

A própria corte do Lui (Barotse) se deslocava com a subida ao trono de um novo soba. Em 1853, Silva Porto encontrou a pouca distância uma das outras, as marcas de "lugares de antigos senhores, cortes habitadas de outras épocas que já passaram, seguindo o hábito de seus maiores: novo soba, nova capital"⁷⁵.

Verificando-se a morte do soba e concluído o funeral, o suserano é aclamado e juramentado no mesmo local "concluído o acto retira daí com a corte para nova capital, já de antemão escolhida, ficando na antiga uma ou duas famílias encarregadas da conservação do local"⁷⁶.

A ligação entre o suserano do Lui e os seus vassallos fazia-se em primeiro lugar através do tributo. Em 1853, Silva Porto pôde anotar 23 tribos "de baixo do seu domínio" que anualmente vinham, com os respectivos chefes, prestar homenagem ao suserano e pagar-lhe tributo em marfim, escravos, utensílios e alimentos⁷⁷.

As estruturas intermediárias entre a corte e os vassallos eram muito frágeis. Os magnates que rodeavam o soba "correspondem directamente aos chefes feudatários das terras mais ou menos longínquas da capital, a fim de ali serem en-

(74) B.P.M.P., *Viagens e Apontamentos*, p. 370. 13 de Dezembro de 1862.

(75) S.G.L. *Viagens e Apontamentos*, vol. 1º, p. 167. 17 de Fevereiro de 1853.

(76) *Idem*, *ibidem*, p. 183. Fevereiro de 1853.

(77) S.G.L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1º, pp. 168-169. 17 de Fevereiro de 1853.

viados em casos especiais e na ocasião que se apresentam com tributo (...) servem eles de introdutores desses mesmos chefes à presença do suserano"⁷⁸.

Quando o vassallo não se apresentava ou o valor do tributo pago era inferior às expectativas do soba, este utilizava os meios militares. As razias nas zonas mais ricas eram muito frequentes para "castigar chefes dali que se negam a prestar-lhes homenagem".

A Lunda constituía uma excepção no que diz respeito à permanência da corte na Musumba e à existência de estruturas intermediárias, que faziam a ligação entre o poder central da capital e as populações periféricas.

"Os Cacoatas, milícia terrível às ordens do Muatiano, têm de tal maneira abusado do cargo, quando por qualquer circunstância são encarregados de qualquer missão, que são o terror das povoações do seu domínio, por causa da crença que beberam com o leite de que o poderoso potentado é o *non plus ultra* da terra"⁷⁹.

Em vésperas do Ultimatum estes dois grandes potentados estavam ambos em degradação, quer por ataques externos no caso da Lunda, quer por transgressão dos vassallos tributários, caso do Lui. Mas ambos por incapacidade de estender a sua autoridade de suseranos monopolistas às numerosas populações avassaladas, habitando territórios ricos em matérias-primas procuradas pelo comércio internacional.

"A Lunda e o Lui deixaram de ser o que foram por falta de chefes vigorosos e porque são uma amalga de raças heterogêneas". Por outro lado a sua "riqueza era de atrair os conquistadores e causa da ruína dos naturais: bosques assombrosos onde se encontra apreciável borracha, caça, mel, terrenos ubérrimos, madeira de lei"⁸⁰.

A situação política em que se encontrava a África Central não permitia aos chefes africanos enfraquecidos opôr resistência organizada à distorção que os europeus estavam exercendo sobre a "geografia política indígena", no sentido de preparar artificialmente as fronteiras coloniais⁸¹.

Ao certo já era difícil afirmar quem era vassallo de quem. Os Luemas que habitavam o Lovale tinham-se expandido para o sul ao longo do Zambeze,

(78) *Idem*, *ibidem*, p. 182. Fevereiro de 1853.

(79) "Novas Jornadas de Silva Porto", *B.S.G.L.*, 5ª série, nº 10, Lisboa, 1885, p. 624.

(80) B.P.M.P.; *Viagens e Apontamentos*, vol. 12, pp. 395-396. Ano de 1889.

(81) Ilídio do Amaral afirma: "As fronteiras políticas e étnicas raramente coincidiam na África pré-colonial. As ambições eram demasiado fortes para permitirem que qualquer povo se mantivesse estático durante longos períodos de tempo (...). A África do Século XIX ostentava uma riqueza muito grande de instituições políticas e sociais, algumas delas em momentos de revisão quando o continente foi engolfado pelo colonialismo europeu". "Entré o Cuncene e o Cubango, ou a propósito de uma fronteira africana", *Garcia de Orta*, série Geo., Lisboa, 6 (1-2), 1980-1981, p.19.

para norte até ao Cassai e para oeste até ao Cuanza. Era um verdadeiro estado enclavado entre a Lunda e o Barotse, constituído à custa de territórios, antes habitados por tributários destes dois grandes potentados⁸². Para a Inglaterra, o Lovale era súbdito do soba do Barotse, para Portugal constituía um estado autónomo.

A partir de 1891 surgem argumentações tendenciosas por parte dos próprios exploradores, que se desdizem de acordo com os interesses da política colonial dos seus países de origem. A argumentação e a apresentação de provas decorria entre os representantes das nações europeias. Os chefes políticos africanos, a sua corte, os seus vassallos passam a objectos do debate internacional. As formações políticas africanas não participam, são movimentadas no tabuleiro de xadrez em que se transformou a África Central.

Ao mesmo tempo que se delimitam zonas de influência colonial, anulam-se por diversos meios as formações políticas africanas e eliminam-se os espaços económicos pré-coloniais. Mas não devemos iludir-nos acerca da eficácia das ferramentas coloniais e da incapacidade das formações políticas africanas em lhes resistir. As antigas aristocracias militares e comerciais (Lozi, Lunda, Luba) assim como as mais recentes (Yeke do Catanga e Quiocos em expansão) participantes no comércio de longa distância, embora sofrendo convulsões internas, não foram espectadores passivos. Integraram-se num jogo de alianças que os poderes coloniais precisaram utilizar no terreno. Jean Lue Vellut, que analisa a operacionalidade do conceito de resistência para a história colonial desta época, na bacia do Zaire, afirma mesmo "Il n'est pas toujours possible de décider qui utilise qui dans ce genre de conjoncture"⁸³. Levanica, após a assinatura do contrato com a British South Africa Company, em 1890, obteve forças para alargar os limites da sua influência política com vantagem para ambas as partes⁸⁴.

Muchire, no Catanga, é o exemplo de uma relação em que as alianças de interesses não funcionaram. Enquanto o pastor Coillard era ouvido e respeitado por Levanica, o missionário Stanley Arnot era suportado por Muchire, que lhe demonstrava indiferença e desconsideração. Entre o chefe Yeke e os representantes do Estado Livre do Congo não houve entendimento possível. Muchire era assassinado no final de 1891. O missionário olhando a capital do Catanga reconhecia que a "antiga ordem das coisas" estava em desintegração. Alguns me-

(82) *Memória sobre a Fronteira Occidental do Barotse*, Lisboa, 1902, p. 18.

(83) Jean-Luc Vellut "Resistences et espaces de liberté dans l'histoire coloniale du Zaire: avant la marche à l'Indépendance, ca. 1876-1945", in C. Coquery - Vidrovitch A. Forest, H. Weiss, dir., *Rébellions-revolutions au Zaire, 1963-1965*, tomo I, Paris, Ed. L'Harmattan, 1987, pp. 29 e segs.

(84) Mutumba M. Bull, "Levanike's Achievement", *Journal of African History*, XIII, 3 (1972), pp. 464-465.

ses mais tarde congratulava-se com a influência da autoridade do Estado Livre prevenindo a desordem e a crueldade e impondo uma "nova ordem das coisas"⁸⁵.

No que diz respeito ao comércio de longa distância, os novos espaços políticos tiveram forte repercussão na actividade dos comerciantes intermediários. Estes depararam-se com a proibição de percorrer territórios, agora sob a influência da Inglaterra, no Zambeze, do Estado Independente do Congo, além Cassai, da Alemanha, no Cubango. Pouco podia fazer contra a redução dos espaços económicos, cortados pela sobreposição dos espaços políticos coloniais. Desobedecer às directivas das autoridades, usar do conhecimento do terreno foi a solução por alguns anos. Os Bienes continuaram a percorrer a África Central até 1912, independentemente dos interesses ou directivas das autoridades coloniais portuguesas, deparando-se com crescentes obstáculos⁸⁶.

O mesmo não aconteceu com as firmas mais pequenas ou maiores directamente dependentes do controlo das forças coloniais, que se dispersaram pelo *hinterland* e disputaram palmo a palmo a área de influência conjugando-se com os esforços da diplomacia. Em 1903 quando se redigia a "Memória do Governo Português para Recurso à Arbitragem de sua Magestade o rei de Itália" e se apresentava uma Memória especificamente sobre a "Fronteira Occidental do Barotse" reconhecia-se a existência de uma ocupação comercial em toda a região confluente com o chamado reino do Barotse.

A catumbela não se tinha limitado a avançar para o Bié, como previa, imediatamente antes do Ultimatum, Silva Porto. No final do século, em cerca de dez anos, as firmas comerciais do litoral, protegidas pela ocupação militar e a construção de fortificações, tinham elas próprias contribuído para definir um espaço económico que agora precisava subordinar-se ao espaço político colonial surgido e imposto após o Ultimatum de 1890.

ABSTRACT: Based on a paradigmatic date, 1890, just when England sent an ultimatum to the Portuguese Crown ordering her to retreat from some areas of Central Africa, the author analyses upon a critical view the geopolitic took by England as well as the geostrategie of Lisbon and those who practise the trade of long distance. She also deals with the function of the protestant missions that is an important point to the comprehension of the politics' formation in the plateau of Angola.

(85) Frederic Stanley Arnot, *Bihé and Garanganze*, London, 1894, pp. 129 e 132.

(86) Adrian C. Edwards *The Ovimbundu under two sovereignties. A study of social control and social change among a people of Angola*, Oxford University Press, 1962, p. 10 e segs. Este historiador conversou ainda com informadores *ovimbundu* que tinham tomado parte em caravanas comerciais à Luba e ao Barotse até 1912.